



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1639025 - DF (2019/0384757-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : JACKSON DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. DOSIMETRIA.. ART. 59 DO CP. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA COM BASE EM ELEMENTOS CONCRETOS DOS AUTOS.

Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Jackson da Silva** contra a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que, em juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial por ele apresentado, em que impugnava acórdãos proferidos na Apelação Criminal n. 20171510020338APR e nos Embargos Infringentes e de Nulidade n. 20171510020338EIR, assim ementados (fls. 293/294 e 347):

PENAL. ROUBO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. GRAVE AMEAÇA CONFIGURADA. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE FURTO. DOSIMETRIA DA PENA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CONDUTA SOCIAL MANTIDA. PRÁTICA DO DELITO QUANDO EM CUMPRIMENTO DE PENA ANTERIOR EM REGIME ABERTO. REPROVABILIDADE DA CONDUTA.DESPREZO COM A JUSTIÇA. SEGUNDA FASE.COMPENSAÇÃO PARCIAL DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A REINCIDÊNCIA. RÉU MULTIRREINCIDENTE. ELEVAÇÃO DA PENA EM 1/6 (UM SEXTO). PROPORCIONALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O crime de furto caracteriza-se quando não há emprego de nenhuma espécie de violência, física ou moral, nem grave ameaça. Não é o caso dos autos, quando o réu acompanhou a vítima e anunciou de forma firme o assalto com palavras em tom ameaçador. A vítima, por instinto, tentou fugir, mas foi perseguida pelo réu, que a alcançou e subtraiu-lhe a bolsa, mediante o uso da força física imoderada, suficiente para danificá-la na ação, a configurar a elementar da grave ameaça do crime de roubo, o que inviabiliza o pedido de desclassificação.

2. A conduta social deve ser compreendida como o comportamento do agente no meio familiar e social em que vive. No caso dos autos, é circunstância que desabona sua conduta social o fato de o réu ter praticado o atual delito quando cumpria pena anterior em regime aberto, a evidenciar desprezo para com o cumprimento das condições impostas pela Justiça e a vocação para a vida ociosa.

3. Embora presente a atenuante da confissão espontânea,justifica-se o aumento da pena, na segunda fase da dosimetria,na fração de 1/6 (um sexto) pela agravante da reincidência,quando o réu é multirreincidente, além de reincidente específico.

4. Recurso conhecido e desprovido.

EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CRIMINAL.ROUBO SIMPLES. SETE CONDENAÇÕES DEFINITIVAS. MULTIRREINCIDÊNCIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA.COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS INFRINGENTES DESPROVIDOS.

1. A compensação entre a reincidência e a confissão espontânea só pode ocorrer nos casos em que o réu possua uma única condenação caracterizando a agravante; pois, caso possua duas ou mais condenações definitivas por fatos anteriores, deve ser considerado multirreincidente, prevalecendo o recrudescimento da pena pela agravante.

2. Embargos desprovidos.

Nas razões do especial, apontou a Defensoria Pública ofensa ao art. 59 do Código Penal. Sustentou, em resumo, a ausência de fundamentação válida para a valoração negativa da circunstância judicial referente à conduta social, requerendo, ao final, a readequação da pena do agravante (fls. 374/375).

Apresentadas contrarrazões (fls. 381/383), o Tribunal distrital inadmitiu o recurso, por incidência da Súmula 83/STJ (fls. 388/389). Seguiu-se a oposição de embargos de declaração, os quais não foram conhecidos (fls. 397/398).

Daí o presente agravo (fls. 836/846). Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo, nos termos da seguinte ementa (fl. 436):

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. DOSIMETRIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CONDUTA SOCIAL. CRIME COMETIDO ENQUANTO O RÉU DESCONTAVA PENA EM REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA. COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE A CONFISSÃO ESPONTÂNEA E A REINCIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU MULTIRREINCIDENTE. COMPENSAÇÃO PARCIAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 83 DO STJ. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERPOSTO.

É o relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo, o recurso merece ser conhecido.

Com razão o nobre parecerista: a irresignação não merece acolhimento.

Consta da sentença condenatória (fls. 227/228 - grifo nosso):

[...] Passo a dosar as penas.

A culpabilidade, como fator influenciador da pena, é compatível com aquela intrínseca ao tipo penal.

O réu é detentor de maus antecedentes, pois **ostenta várias condenações penais com trânsito em julgado por fatos praticados em datas anteriores ao aqui julgado**. Nesta fase será considerada, apenas, a condenação constante dos autos nº2009.09.1.022725-8, oriundos da Segunda Vara Criminal de Samambaia, fl. 38.

A conduta social do réu, igualmente, é reprovável. Como o próprio acusado reconheceu - e pode-se comprovar de sua FAP -, **o crime aqui julgado foi cometido durante a execução de pena por delito pretérito, quando o réu gozava de benefício do regime aberto, concedido pelo Juízo da Execução**. Consoante já decidiu nosso Tribunal de Justiça, "justifica-se a valoração negativa da conduta social do réu pelo fato de não cumprir as regras do regime semiaberto, pois revela menosprezo às regras da sociedade que espera do agente comportamento adequado com os benefícios recebidos do Juízo das Execuções, visando a seu adequado retomo ao convívio social" (Acórdão n.1051271, 20161010067425APR, Relator: WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR, Revisor: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 35 TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 28/09/2017, Publicado no DJE: 05/10/2017. Pág.: 79/93). Na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, "muito embora as condenações anteriores do agente não estejam abrangidas pelo conceito de personalidade do agente, o cometimento de delitos durante o cumprimento de pena em regime semiaberto, além do fato de se tratar de réu que não possui ocupação lícita, se prestam a fundamentar validamente o aumento da pena -base, não como personalidade do agente, mas como conduta social, ensejando, do mesmo modo, a exasperação da pena" (HC 78.002/MS, Rel.Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 01/03/2010).

Quanto à personalidade, não há elementos suficientes nos autos para valorá-la.

Os motivos, circunstâncias e consequências em nada agravam a situação do réu, não merecendo, pois, maiores considerações e desdobramentos.

O comportamento da vítima em nada contribuiu para o desencadeamento causal da conduta delituosa.

Com efeito, valorando negativamente os antecedentes e a conduta social do réu, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão. [...]

A Corte de origem consignou, no julgamento da apelação (fls. 301/303):

[...] O réu se insurge quanto à valoração dada à conduta social. Segundo a sentença, a conduta social do réu foi reprovável. Transcrevo (fl.175):

[...] A conduta social deve ser compreendida como o comportamento do agente no meio familiar e social em que vive. No caso dos autos, é circunstância que desabona sua conduta social o fato de o réu ter praticado o atual delito quando cumpria pena anterior em regime aberto, a evidenciar desprezo para com o cumprimento das condições impostas pela Justiça e a vocação para a vida ociosa, voltando-se para o consumo de substância entorpecente (crack), mantido com a prática de crimes.

Segundo entendimento jurisprudencial: "Se o réu praticou novo crime durante a execução de pena por delito anterior, justifica-se a análise negativada circunstância judicial da conduta social". (Acórdão n.1074543, 20161610005440EIR, Relator: ANA MARIA AMARANTE, Revisor: JAIR SOARES, CÂMARA CRIMINAL, Data de Julgamento: 05/02/2018, Publicado no DJE: 16/02/2018. Pág.: 150/151).

No mesmo sentido confira jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
[...]

Com efeito, no caso concreto, a fundamentação apresentada pelo acórdão recorrido para a majoração da pena-base na primeira fase da dosimetria – por ter o acusado praticado o atual delito quando cumpria pena anterior em regime aberto (fl. 436) – empresta à conduta praticada especial reprovabilidade, que não se afigura inerente ao delito e ultrapassa a elementar do tipo penal.

Nessa linha: HC n. 542.400/DF, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 14/2/2020; AgRg no AREsp n. 1.396.333/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 5/12/2019; AgRg no HC n. 371.637/SC, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 16/2/2017; AgRg no REsp n. 1.558.372/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 16/6/2016; HC n. 311.386/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/9/2015, dentre outros.

Assim, não há falar em ilegalidade na majoração da pena-base, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator